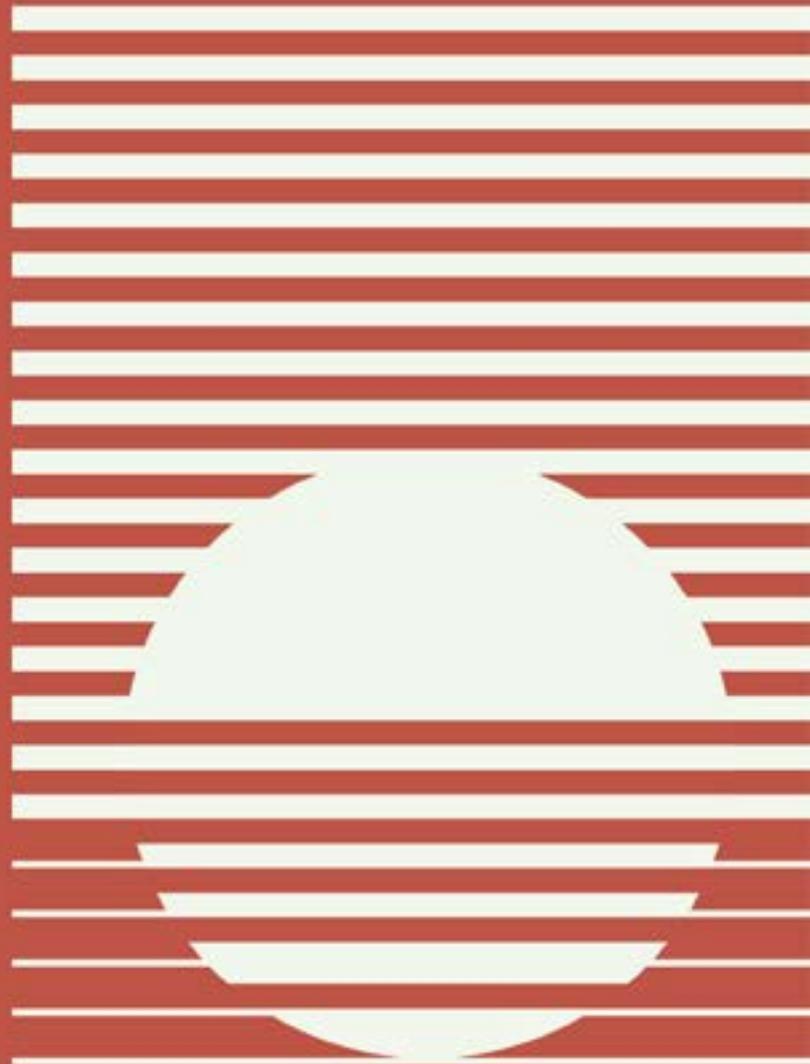


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



03
2024



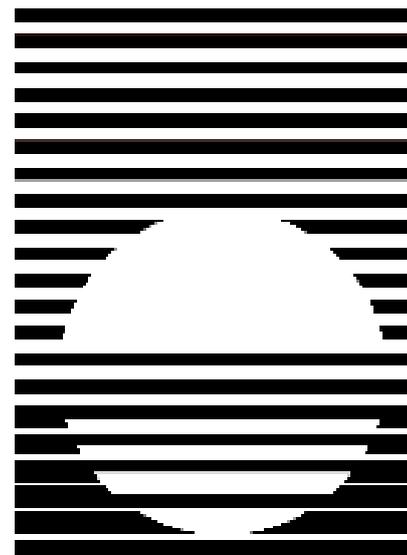
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA

opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Itamaraty convoca embaixador da Hungria para explicar abrigo a Jair Bolsonaro

Brasil e França estreitam cooperação após visita de Estado de Emmanuel Macron

Brasil expressa preocupação com processo eleitoral na Venezuela

Página 05

Governo da Venezuela veta candidata da oposição para eleição presidencial

Tensões com a Venezuela repercutem no Uruguai

Página 06

Após declarações de Milei, Argentina passa por crise diplomática

Presidente colombiano propõe nova constituinte

Página 07

Diante do crescimento da ultradireita, Gabriel Boric e Pedro Sánchez assinam compromisso com a democracia e com os Direitos Humanos

Peru apresenta candidatura à presidência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

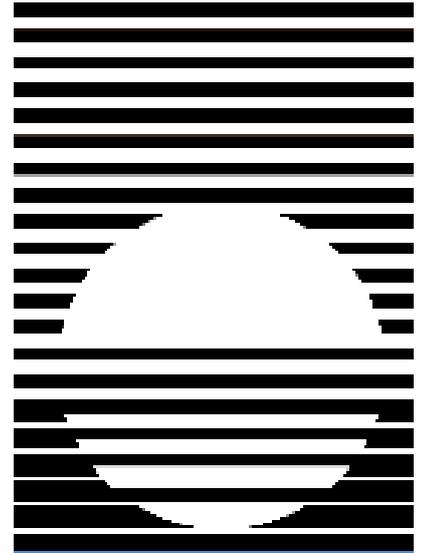
Página 08

Guiana abstém-se em resolução sobre Gaza no Conselho de Segurança

Na Celac, Estados-membros discordam sobre cessar-fogo em Gaza e reeleição de Putin

Página 09

Negociação com o EFTA emerge frente à resistência francesa ao acordo Mercosul-UE



Itamaraty convoca embaixador da Hungria para explicar abrigo a Jair Bolsonaro

No dia 25 de março, o jornal *The New York Times* divulgou vídeos de câmeras de vigilância da embaixada da Hungria em Brasília, entre os dias 12 e 14 de fevereiro de 2024, que mostram que o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro ficou hospedado no local durante o período. Uma fonte da embaixada confirmou ao jornal que a estadia foi planejada. A reportagem lembrou que embaixadas estão, por lei, fora da jurisdição de autoridades do país que as abriga e especulou que Bolsonaro pode ter tentado se valer de sua proximidade ideológica com o presidente húngaro de extrema-direita, Viktor Orban, para escapar de uma possível prisão decorrente de investigações em andamento no Brasil sobre sua atuação na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, em razão das quais seu passaporte havia sido apreendido pela Polícia Federal no início de fevereiro. No mesmo dia da publicação, Bolsonaro confirmou à imprensa que esteve na embaixada da Hungria, mas com o objetivo de discutir assuntos de interesse do Brasil. Ainda no dia 25, o Itamaraty convocou o embaixador húngaro no Brasil, Miklos Halmai, para prestar esclarecimentos sobre o ocorrido. Na reunião, Halmai endossou a versão de Bolsonaro de que a estadia serviu apenas para manter contato com autoridades de seu país. Por sua vez, a embaixadora Maria Luísa Scorel, secretária de Europa e América do Norte do Itamaraty, afirmou que conversas sobre o Brasil devem ser feitas com integrantes do atual governo e não com o ex-presidente.

Fontes: [The New York Times](#), 25/03/2024; [Metrópoles](#), 25/03/2024; [Carta Capital](#), 26/03/2024.

Brasil e França estreitam cooperação após visita de Estado de Emmanuel Macron

O presidente da França, Emmanuel Macron, fez uma visita de Estado com duração de três dias ao Brasil, entre 26 e 28 de março, a qual contou com passagens pelas cidades de Belém, Itaguaí (RJ), São Paulo e Brasília. O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, não acompanhou seu homólogo apenas em São Paulo, onde foi substituído pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin. No dia 26, na capital paraense, Lula e Macron firmaram o “Apelo de Belém”

(Chamado Brasil-França à Ambição Climática de Paris a Belém e Além), acordo que visa a apoiar a agenda climática, os povos indígenas, o combate à mineração ilegal, a luta contra o desmatamento e a preservação da Amazônia no Brasil e na Guiana Francesa com um fundo de 1 bilhão de euros, a ser constituído por aportes públicos e privados. O acordo foi complementando pelo Plano de Ação sobre a Bioeconomia e a Proteção das Florestas Tropicais. Em seguida, no dia 27, os dois presidentes participaram, no porto de Itaguaí (RJ), do lançamento do submarino *Toneleiro*, de propulsão convencional, projetado conjuntamente no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) após uma parceria acordada em 2008, que também prevê um submarino de propulsão nuclear com transferência de tecnologia da França ao Brasil, projeto ainda não concretizado. Ainda no dia 27, Macron participou, em São Paulo, do Fórum Econômico Brasil-França, que não ocorria desde 2019, e da inauguração do Instituto Pasteur, na Universidade de São Paulo, que conta com 17 laboratórios para estudos de doenças. Finalmente, no dia 28, em Brasília, Lula e Macron tiveram uma reunião bilateral e firmaram 21 acordos de cooperação, sobretudo na forma de cartas de intenções e memorandos de entendimento em várias áreas. Entre os acordos, foi lançado o Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-França, em substituição a um plano de 2008, no qual os dois países se comprometem a cooperar no combate às mudanças climáticas, à pobreza e à desinformação virtual, entre outros temas, com respeito à democracia, aos direitos humanos, ao Estado de Direito e à Carta das Nações Unidas.

Fontes: [Poder 360](#), 22/03/2024; [Brasil](#), 26/03/2024; [Jornal da USP](#), 27/03/2024; [Brasil](#), 28/03/2024

Brasil expressa preocupação com processo eleitoral na Venezuela

No dia 26 de março, o Ministério de Relações Exteriores do Brasil emitiu uma nota à imprensa na qual afirmou que “o governo brasileiro acompanha com expectativa e preocupação o desenrolar do processo eleitoral” na Venezuela, em referência aos preparativos para a eleição presidencial prevista para julho de 2024, na qual Nicolás Maduro, atual mandatário, é candidato a um terceiro mandato. A preocupação foi motivada pelo impedimento do

registro da candidatura de Corina Yoris, representante da oposição, no dia 25, “sobre a qual não pairavam decisões judiciais”, conforme a nota, o que violaria o Acordo de Barbados sobre Diálogo Político na Venezuela, assinado em outubro de 2023 por diversos países, inclusive o Brasil. A nota significou uma mudança de tom do Brasil em relação ao processo eleitoral na Venezuela, posto que, ainda em março, no dia 6, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva minimizou o veto da Suprema Corte venezuelana à candidatura de Maria Corina Machado, também representante da oposição, ao declarar o seguinte: “Fui impedido de concorrer às eleições de 2018 e, ao invés de ficar chorando, indiquei um outro candidato”. No mesmo dia em que a nota do Itamaraty foi publicada, o Ministério de Relações Exteriores venezuelano emitiu uma declaração segundo a qual “repudia o comunicado cinzento e intervencionista redigido por funcionários da chancelaria brasileira, que parece ter sido ditado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos”. Dentro do Brasil, o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Pedro Stedille, também condenou a ação e afirmou que “a nota dos burocratas do Itamaraty é uma vergonha”. Entretanto, segundo o jornalista Ricardo Abreu, a nota do Itamaraty foi aprovada por Lula um dia antes, depois que uma tentativa de diálogo por telefone com o governo venezuelano feita por Celso Amorim, assessor-chefe da Presidência da República, não foi respondida. Em 28 de março, Lula reforçou a preocupação do governo em uma coletiva de imprensa, quando afirmou que o episódio de Corina Yoris o surpreendeu e era grave para o processo de normalização política na Venezuela.

Fontes: [Poder 360](#), 06/03/2024; [Brasil](#), 26/03/2024; [G1](#), 26/03/2024; [Folha de S. Paulo](#), 27/03/2024; [G1](#), 28/03/2024

Governo da Venezuela veta candidata da oposição para eleição presidencial

No dia 25 de março, encerrou-se o prazo de submissão de candidaturas para a eleição presidencial da Venezuela, agendada para o dia 28 de julho. O processo foi marcado por denúncias do principal bloco opositor, a Plataforma Unitária, de que houve impedimento do registro de sua candidata, Corina Yoris. Convém lembrar que o nome escolhido pela oposição (em eleições primárias realizadas em outubro de 2023) para enfrentar Nicolás Maduro,

foi o de Maria Corina Machado. Sua candidatura, no entanto, foi impedida pelo Superior Tribunal de Justiça venezuelano, sob acusações de irregularidades administrativas durante seu mandato como deputada. Com isso, Corina Machado indicou Corina Yoris para representar a Plataforma Unitária, mas a candidata não conseguiu se registrar no site do Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Após denúncias da oposição, o CNE prorrogou o período de submissões por 12 horas, e a Plataforma registrou Edmundo González Urrutia como seu candidato, na madrugada de segunda-feira para terça-feira. Com a confusão do processo de submissão, Manuel Rosales, atual governador do estado de Zulia e também membro da Plataforma Unitária, registrou sua candidatura no final do dia 25. Sua ação, no entanto, foi criticada por Corina Machado, pois enfraqueceria a oposição. Internacionalmente, o impedimento de registro de Corina Yoris gerou críticas, inclusive de governos que vinham buscando uma posição de intermediação entre Maduro e a oposição. Em 26 de março, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil afirmou que acompanha com “expectativa e preocupação” o processo eleitoral. O governo de Maduro repudiou o comunicado, classificando-o como “cinzento e intervencionista”. O governo da Colômbia também manifestou preocupação com o impedimento da candidatura de Corina Yoris, e a nota também foi classificada como intervencionista pelo governo venezuelano.

Fontes: [Efecto Cocuyo](#), 25/03/2024; [Folha de São Paulo](#), 26/03/2024; [El Pitazo](#), 26/03/2024; [Nexo Jornal](#), 26/03/2024; [Efecto Cocuyo](#), 26/03/2024; [Estadão](#), 27/03/2024; [Agência Brasil](#), 28/03/2024.

Tensões com a Venezuela repercutem no Uruguai

No dia 25 de março, o Uruguai assinou um comunicado conjunto com Argentina, Costa Rica, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e República Dominicana em que os países expressam suas preocupações com o processo eleitoral venezuelano, especialmente depois das ações de Nicolás Maduro ao tentar travar a inscrição de candidatos da oposição para as eleições de julho de 2024. Segundo o comunicado, as ações de Maduro afetam a transparência e a integridade do processo eleitoral, impactando a realização de eleições

livres na Venezuela. Em uma coletiva de imprensa, o Ministro das Relações Exteriores uruguaio, Omar Paginini, afirmou que o país enxerga a situação na Venezuela como grande preocupação, principalmente porque é de interesse de todos que a América Latina “continue sendo um continente democrático e livre”. Além disso, declarou que a Venezuela se configura como um país ditatorial “que se afasta de qualquer prática democrática possível”. Dentro do Uruguai, a repercussão envolveu opositores eleitorais. O candidato da Frente Ampla, Yamandú Orsi, afirmou que Maduro fez uma “armadilha” e apresentou resistência ao definir a Venezuela como um país ditatorial. Essa fala descontentou candidatos da oposição como Álvaro Delgado (Partido Nacional), Robert Silva (Partido Colorado) e Laura Raffo (Partido Nacional). Ambos declararam sobre a necessidade de definir a Venezuela como uma ditadura que “reprime, proíbe e encarcera”, e afirmaram que esta definição deve acontecer para além dos pré-candidatos à presidência do Uruguai. Outro evento que repercutiu no meio político foi a indicação de Silvana Montes de Oca, funcionária de carreira do país, como nova embaixadora do Uruguai na Venezuela, depois do então embaixador Eber da Rosa deixar o cargo para concorrer às eleições nacionais, no final do mês de fevereiro. Segundo Andrés Ojeda (Partido Colorado) o Uruguai “deve ser coerente” neste tipo de situação e manter relações diplomáticas e comerciais com o país. Já Robert Silva afirmou que o país errou em designar um embaixador uruguaio na Venezuela, visto que era uma forma de “condenar o regime de Nicolás Maduro e defender a democracia neste país”. Consultado sobre este assunto, o Ministro Paginini afirmou que a nova designação de Silvana de Oca é importante para manter as relações diplomáticas “entre os países e não com os regimes governamentais”, isto é, “caracteriza uma relação com o povo venezuelano, com os uruguaio que moram por lá e com os venezuelanos que moram no Uruguai, para mais de monitorar a situação que realmente é uma preocupação para o país”.

Fontes: [Grupo Multimedia](#), 13/03/2024; [Presidência Uruguay](#), 26/03/2024; [Grupo Multimedia](#), 26/03/2024; [El Observador](#), 27/03/2024; [El Observador](#), 29/03/2024; [El Observador](#), 30/03/2024.

Após declarações de Milei, Argentina passa por crise diplomática

No dia 24 de março, em entrevista ao canal CNN, o presidente da Argentina, Javier Milei, voltou a insultar os mandatários colombiano, Gustavo

Petro, e mexicano, Andrés López Obrador. Milei se referiu a Petro como um “assassino terrorista” e chamou Obrador de “ignorante”. Em retaliação, a chancelaria colombiana anunciou a imediata expulsão dos diplomatas argentinos que se encontravam na embaixada em Bogotá. López Obrador, por sua vez, respondeu à ofensa postando em suas redes sociais a seguinte frase: “Ainda não entendo como os argentinos, sendo tão inteligentes, elegeram alguém como Milei”. Além da crise diplomática com Colômbia e México, a Venezuela acusa a Argentina de tentar intervir em assuntos internos, ao permitir que opositores do presidente Nicolás Maduro que integram o partido Vente Venezuela se refugiassem na embaixada argentina em Caracas. Em comunicado, a Casa Rosada manifestou preocupação com o corte do fornecimento da energia elétrica à sede diplomática argentina, o que poderia ter sido uma retaliação do governo de Maduro, e expressou sua “inquietude diante da deterioração da situação institucional e atos de intimidação e perseguição contra figuras políticas da Venezuela”. No dia 27 de março, o governo argentino enviou dois agentes das forças de segurança do país para proteger a Embaixada em Caracas de possíveis ataques. Ao passo que vê suas relações com os países vizinhos se deteriorarem, o governo Milei sofreu uma nova derrota interna: no dia 15 de março, o Senado votou contra o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), que daria superpoderes ao chefe do Executivo pelos próximos dois anos. Em mais um sinal de contestação interna, milhares de argentinos saíram às ruas no dia de 24 de março, conhecido como o Dia Nacional da Memória pela Verdade e pela Justiça. Os manifestantes expressaram o seu repúdio à posição do governo atual em relação ao legado da ditadura e reforçaram a necessidade de não esquecer as atrocidades cometidas, para que o passado não volte a se repetir no presente.

Fontes: [Página 12](#), 14/03/2024; [El País](#), 24/03/2024; [CNN Espanol](#), 26/03/2024 ; [CNN Brasil](#), 27/03/2024; [Infobae](#), 27/03/2024.

Presidente colombiano propõe nova constituinte

Em 15 de março de 2024, o presidente colombiano Gustavo Petro propôs mudar a constituição do país. Esta declaração é resultado da dificuldade no avanço de aprovações de reformas sugeridas pelo governo diante um Congresso de maioria opositora. Segundo o presidente, “se as instituições que temos hoje

na Colômbia não são capazes de estar à altura das reformas sociais que o povo decretou por meio de seu voto, então a Colômbia tem que ir para uma Assembleia Nacional Constituinte.” A fala do presidente ocorreu em Cali, durante uma mobilização de indígenas. O intuito do presidente com uma possível mudança na constituição se dá após a derrota na tentativa de realizar reformas no sistema de saúde, prisional, de pensões e trabalhista. Em relação à reforma do sistema de saúde, por exemplo, o objetivo do governo é o de ampliar o benefício aos trabalhadores e em reduzir a participação de empresas privadas. A mesma redução também é buscada em relação ao pagamento de pensões. A fala presidencial sofreu pressões e discordância por parte de opositores, que o compararam ao seu homólogo venezuelano, Nicolás Maduro, ao declararem que o presidente está disposto a passar por cima das instituições para a aprovação das propostas. Petro aproveitou a ocasião também para reforçar o seu afastamento do acordo nacional, proposto por ele no início do seu mandato, para tentar uma conciliação com grupos opositores. Finalmente, apesar do apelo do presidente por uma Assembleia Constituinte, o caminho até lá é cuidadosamente regulado, necessitando de aprovação em instâncias como o Congresso e até a Corte Constitucional, o que pode tornar improvável de ocorrer em uma conjuntura de fragilidade do governo colombiano.

Fonte: [Folha de S Paulo](#), 15/03/2024; [O Globo](#), 15/03/2024; [El Colombiano](#), 15/03/2024; [El Colombiano](#), 16/03/2024.

Diante do crescimento da ultradireita, Gabriel Boric e Pedro Sánchez assinam compromisso com a democracia e com os Direitos Humanos

Nos dias 7 e 8 de março, o presidente espanhol Pedro Sánchez visitou o Chile com o objetivo de aprofundar os laços culturais, políticos e econômicos entre as partes. A Espanha é um dos principais parceiros chilenos dentro da União Europeia, que é uma prioridade estratégica do país andino. Sánchez participou da cerimônia de comemoração do Dia da Mulher, no dia 8 de março, na qual o presidente chileno Gabriel Boric anunciou uma série de medidas para a redução da violência contra as mulheres. No mesmo dia, no Palácio da La Moneda, os mandatários assinaram uma declaração conjunta reafirmando comprometimento dos países com

a igualdade de gênero. O alcance da igualdade de gênero também é um tema prioritário da Aliança Estratégica Renovada, um acordo que incorpora ações específicas para o fortalecimento da cooperação entre os países em áreas diversas, como a segurança, educação, desenvolvimento sustentável, migrações e a economia. Ademais, também foram firmados quatro acordos de cooperação nos seguintes temas: transição ecológica justa, inovação tecnológica, cooperação Antártica e memória democrática. A Espanha e o Chile aprofundaram o diálogo acerca de um desafio coletivo identificado como prioritário por ambos os mandatários: a manutenção da democracia e dos Direitos Humanos em face a ascensão da ultradireita. Sanchez afirmou que os consensos e conquistas históricas que antes eram entendidos como garantidos são ameaçados pela ultradireita e devem ser reforçados. Boric, que nos últimos meses direcionou sua atenção a medidas que visam frear a ultradireita, afirmou que os setores progressistas devem responder com políticas públicas de qualidade. Nos dias que seguiram a visita do presidente espanhol, em 9 e 10 de março, Boric participou do plebiscito da Frente Ampla que definiu a criação de um partido único, com a fusão da Convergência Social, partido do mandatário, com a Revolução Democrática. A unificação visa reduzir a fragmentação da esquerda na política chilena diante do fortalecimento dos partidos de ultradireita.

Fontes: [La Tercera](#), 07/03/2024; [Gobierno de Chile](#), 08/03/2024; [Gobierno de Chile](#), 08/03/2024; [El País](#), 08/03/2024; [La Moncloa](#), 08/03/2024.

Peru apresenta candidatura à presidência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

No dia 11 de março, o governo de Dina Boluarte oficializou a candidatura de Alberto Borea ao cargo de juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos para o período de 2025-2030. O anúncio foi feito pelo Ministro das Relações Exteriores, Javier González-Olaechea, durante uma cerimônia na presença do corpo diplomático do país. Esta é a primeira vez em 10 anos que um juiz peruano é indicado para o cargo na Corte. O governo expressou seu total apoio à candidatura de Borea, destacando seu compromisso com os direitos humanos. Apesar dessa indicação, o Peru foi condenado pela Corte em 22 de março, por

ter infringido os direitos de 80 indivíduos que foram expostos à contaminação por metais pesados em La Oroya, localizada nos Andes peruanos. A sentença determina que o Estado peruano violou diversos direitos desta comunidade, tais como o direito a um ambiente saudável, à saúde e à integridade pessoal. A decisão obriga o país a compensar financeiramente os afetados, a oferecer um plano de realojamento, assim como garantir assistência médica e psicológica gratuita às vítimas. Durante cerca de duas décadas, os moradores da região enfrentam o embate judicial com o Estado peruano, passando por problemas de saúde devido à poluição causada por metais pesados como chumbo, cádmio e arsênio. A contaminação proveniente das operações do Complexo Metalúrgico local se deu por conta da negligência das autoridades em enfrentar o problema. Nesse sentido, também ficou decidido que o governo tome providências quanto a reparação, a investigação e a punição dos responsáveis pelo crime, além de ter como dever implementar um plano de recuperação ambiental da região de La Oroya. Ainda em 22 de março, o Peru transferiu a presidência pro tempore da Aliança do Pacífico para o Chile. O país havia assumido a presidência em 1º de agosto de 2023 e deixou o cargo reiterando seu compromisso de continuar trabalhando em conjunto para fortalecer o bloco.

Fontes: [La Republica Peru](#), 11/03/2024; [El País](#), 22/03/2024; [La Republica Peru](#), 22/03/2024; [Gob.pe](#), 22/03/2024.

Guiana abstém-se em resolução sobre Gaza no Conselho de Segurança

No dia 21 de março, a Guiana absteve-se em votação de uma nova proposta de resolução sobre o cessar-fogo em Gaza no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A proposta apresentada pelos Estados Unidos, que já haviam vetado três projetos anteriores sobre o tema, foi vetada por Rússia e China. A abstenção da Guiana, que iniciou seu primeiro mandato no órgão em janeiro de 2024, se deu pela redação da proposta, que não atribuiu nenhuma responsabilidade à Israel. Carolyn Rodrigues-Birkett, representante permanente da Guiana nas Nações Unidas, fez uma declaração que chamou atenção pela crítica à Israel por conta das atrocidades contra a população palestina em Gaza. Após os vetos, em 25 de março, uma nova proposta conjunta foi apresentada e aceita no Conselho. Com 14 votos a favor e uma abstenção,

dos Estados Unidos, o órgão adotou uma resolução que demandava o cessar-fogo imediato durante o mês do Ramadan. Em outras instâncias, o Estado guianês também demonstrou sua opinião sobre o tema publicamente. O presidente Irfaan Ali declarou o conflito como um “genocídio televisionado” em referência aos ataques do exército de Israel à Gaza. As palavras de Birkett no Conselho, portanto, ecoam o posicionamento de Ali e do Estado guianês sobre a questão. A participação veemente da Guiana nos debates sobre o tema se torna relevante, pois regionalmente o país é apoiado pelos Estados Unidos, o que inclui a questão fronteiriça de Essequibo com a Venezuela. A Guiana também recebe doações para o programa de combate ao narcotráfico no Caribe, advindo de uma parceria bilateral com os Estados Unidos.

Fontes: [Stabroek News](#), 18/11/2023; [Kaieteur News](#), 19/03/2024; [G1](#), 20/02/2024; [G1](#), 21/03/2024; [Carta Capital](#), 22/03/2024; [Youtube](#), 22/03/2024; [United Nations](#), 25/03/2024.

Na Celac, Estados-membros discordam sobre cessar-fogo em Gaza e reeleição de Putin

No dia 1º de março, o presidente Lula propôs que os países reunidos na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) apresentassem uma moção pedindo o fim imediato do genocídio dos palestinos em Gaza. Em seu discurso, Lula pediu ao Secretário-Geral da ONU, António Guterres e, especialmente, ao Conselho de Segurança, que atuem para pôr fim ao conflito. Porém, no dia 2 de março, foi noticiado que não houve consenso sobre o documento final e que, dos 33 países que compõem a CELAC, 24 assinaram uma declaração pedindo o cessar-fogo imediato e reconhecimento da grave situação de crise humanitária na Faixa de Gaza. Na América do Sul, assinaram Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. O documento também citou ações em curso na Corte Internacional de Justiça (CIJ) que discutem se a ocupação do Estado da Palestina por Israel configura violação do direito internacional e se os ataques israelenses podem ser enquadrados como genocídio. Por fim, os países signatários apoiaram a Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras aos Refugiados da Palestina (UNRWA). Já no dia 20 de março, parte dos países da CELAC voltou a se pronunciar, desta

vez desautorizando a fala da presidenta de Honduras e atual presidência pro-tempore da CELAC, Xiomara Castro, que parabenizou Vladimir Putin pela reeleição na Rússia. Entre os sul-americanos, Argentina, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai assinaram a nota afirmando que a posição de Xiomara não foi acordada entre os membros.

Fontes: [Agência Brasil](#), 1/3/2024; [G1](#), 2/3/2024; [Agência Brasil](#), 3/3/2024; [DW](#), 20/3/2024.

Fontes: [Agência Brasil](#), 6/3/2024; [Senado Federal](#), 21/3/2024; [Poder360](#), 22/3/2024; [CNN Brasil](#), 27/3/2024.

Negociação com o EFTA emerge frente à resistência francesa ao acordo Mercosul-UE

No dia 6 de março, o presidente Lula e o primeiro-ministro do governo da Espanha, Pedro Sánchez, se encontraram no Palácio do Planalto, em Brasília, e comentaram sobre o acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Segundo Sánchez, a Espanha está alinhada com a posição do Brasil e, em suas palavras, América Latina e Europa são “aliados naturais”. O primeiro-ministro também pontuou que a guerra na Ucrânia mostrou a necessidade de diversificar e encontrar novas parcerias comerciais, destacando ainda a sinergia de valores entre Brasil e Espanha, com destaque para justiça social, transição verde e justa e cooperação internacional. Enquanto isso, no dia 21 de março, senadores e deputados brasileiros se reuniram com representantes da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês) no Senado para discutir uma proposta de acordo de livre-comércio entre os dois blocos. Autoridades da Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein, discutiram as potencialidades do acordo que incluem não somente o incremento do comércio, mas avanços nos setores financeiro, de energia e desenvolvimento sustentável. O vice-presidente, Geraldo Alckmin, disse, em 22 de março, que um possível acordo com a EFTA pode “ajudar a empurrar o acordo Mercosul-UE”. Em relação ao último, com a decisão paraguaia de suspender as negociações no final de fevereiro, a França continua sendo o país que apresenta maior oposição ao acordo. Em passagem pelo Brasil, o presidente francês Emmanuel Macron disse, no dia 27 de março, que o acordo é “ultrapassado” e suas condições são “péssimas”. Além disso, enfatizou que os termos previstos não cobrem questões vinculadas à sustentabilidade, o que pressionaria os produtores franceses.

